

Arbitragem em obras públicas pede controle do Estado, diz Benedito

Ministro do STJ afirma também ser necessário capacitar os agentes públicos para lidar com o cenário arbitral

PODER 360



LOGIN



MENU



A

A



Ministro Benedito Gonçalves durante o 1º Fórum Internacional de Arbitragem de Brasília

Patrícia Nadir

25.out.2023 (quarta-feira) - 12h16

atualizado: 26.out.2023 (quinta-feira) - 6h18

O ministro Benedito Gonçalves, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), afirmou nesta 4ª feira (25.out.2023) que a utilização da arbitragem em contratos de obras públicas é de “*suma importância*”, desde que sejam observados os princípios do direito administrativo, dos bons costumes e da ordem pública. O mecanismo permite resolver impasses sem acionar a Justiça.

“Para garantir o interesse público, o controle e a regulamentação do procedimento devem ser realizados pelo Estado”, disse Benedito. “Não menos

agentes públicos para lidar com o novo cenário arbitral”, completou o ministro durante o 1º Fórum Internacional de Arbitragem, realizado em Brasília.

receba alertas grátis do Poder360

quero receber por e-mail

concordo com os termos da LGPD.

quero receber no WhatsApp

quero receber no Telegram

INSCREVA-SE

INSCREVA-SE

Benedito listou o uso da arbitragem ao longo dos períodos históricos da humanidade e disse que, no Brasil, ela se mostrou eficiente em disputas comerciais e contratuais em que o tempo da Justiça tradicional não alcançou o tempo da solução dos litígios. Ainda assim, declarou que atualmente a arbitragem não exclui a possibilidade de recursos judiciais.

“Nada impede que, após a decisão arbitral, as partes recorram ao Judiciário para casos excepcionais, como questão de nulidade e a violação da ordem pública. Evidente, portanto, que a adoção da arbitragem em contratos de obras públicas no Brasil, além de vantagens, traz consigo grandes desafios”, disse Benedito.

O ministro Antonio Anastasia, do TCU (Tribunal de Contas da União), também participou do evento. Em seu discurso, declarou que mecanismos alternativos como a arbitragem devem ser estimulados para aliviar o Judiciário, principalmente na área da administração pública, a mais litigada, segundo ele.

“Se levarmos em conta o número dos processos, evidentemente, a maior parte é do poder público nas suas 3 esferas e suas empresas. Então, é claro que esses mecanismos alternativos têm de ser estimulados”, afirmou Anastasia.

O ministro disse que é preciso fixar que o pressuposto da arbitragem é a segurança jurídica, para se haver um ambiente confiável e previsível para gestores e agentes econômicos. *“Empresas internacionais, ao*

arbitragem, porque sabem da morosidade da nossa Justiça”.

FÓRUM INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM

O Fórum Internacional de Arbitragem é uma iniciativa do [IBDL](#) (Instituto Brasileiro de Direito Legislativo). Conta com o apoio do escritório [Murillo de Aragão Advogados e Consultores](#) e da plataforma [Nomos](#). O **Poder360** é o parceiro de mídia.

Assista à transmissão do evento:

Todos os painéis ficarão disponíveis no canal do **Poder360** no YouTube.

Em 2 dias, os painéis irão abordar:

- diversos aspectos e impactos da arbitragem;
- histórico da arbitragem no Brasil;
- deveres dos árbitros;
- a relação com o Judiciário e a atuação em matérias do direito tributário e de compliance;
- projetos de lei que existem sobre a área;
- limites constitucionais para a homologação de decisão arbitral estrangeira.

Saiba mais sobre o fórum e leia a programação clicando [aqui](#).

o Poder360 integra o  **The Trust Project** [saiba mais](#)

autores

Patrícia Nadir
redatora

[enviar e-mail](#)

apontar erros neste texto 

leia mais sobre

ADVOCACIA ARBITRAGEM BRASÍLIA COMPLIANCE CONSTITUIÇÃO
FÓRUM INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM IBDL
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO LEGISLATIVO INSTITUTO DA ARBITRAGEM
JUDICIÁRIO MURILLO DE ARAGÃO ADVOGADOS E CONSULTORES NOMOS
STF STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TRIBUNAIS

recomendadas

Comunidade arbitral deve fazer “abertura cognitiva”, diz advogado

A arbitragem é uma alternativa que funciona bem, diz Barroso

Juiz defende que árbitros sigam precedentes do STF e STJ

É preciso discutir “péssimas” sentenças arbitrais, diz advogada

Inteligência Artificial já é realidade na arbitragem, diz advogada

PODER360 todos os dias no seu e-mail

Seu e-mail

ASSINAR

concordo com os termos da LGPD.

NOTÍCIAS

Governo
Anúncios do Governo
Congresso
Economia
Justiça
Poder Hoje
Poder Flash
Poder Monitor
Brasil à Frente

Poder Empreendedor
PoderData
Infográficos
Eleições
Internacional
Tecnologia
Mídia
Nieman
Pesquisas

Agregador de Pesquisas
Políticos do Brasil
Eleições 2022 resultados
Eleições 2022 notícias
Eventos
Visitas ao Poder360

O PODER360

Quem somos
Equipe
Articulistas
Como anunciar
Drive
PoderIdeias
PoderData
Poder Conteúdo Patrocinado
Trabalhe no Poder360
Contato
Princípios Editoriais
Código de Conduta
Política de Privacidade
Política de Compliance

OPINIÃO E ANÁLISE

Opinião
Análise
Opinião: Futuro Indicativo

VÍDEOS E PODCASTS

Poder360 no YouTube
Comerciais eleitorais 2022

Fatos da Semana

Volta ao Mundo

PodSonhar

Boleiros de Humanas

Poder Explica

Poder Reage

Lives do Prerrogativas

Termos de uso

Reprodução de material

Arquivo Blog Fernando Rodrigues

PARCERIAS E PROJETOS ESPECIAIS

Poder em Foco

Fronteiras do Pensamento

O custo do contrabando

A indústria e o futuro do Brasil

COMPARTILHE O PODER360



2023 © TODOS OS DIREITOS PODER360.

